



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Poder Judiciário - Justiça do Trabalho

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 1000082-92.2018.5.02.0069 em 02/02/2018 22:50:42 - e195a26 e assinado eletronicamente por:

- DARIO AYRES MOTA



Consulte este documento em:

<https://pje.trtsp.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.shtm>  
usando o código: **18020222382174000000094380151**



Documento assinado pelo Shodo

*Danilo Ayres Mota*

Advogado

**EXCELENTÍSSIMO (a) SENHOR (a) DOUTOR (a) JUIZ (a) FEDERAL DA**  
\_\_\_\_ **VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO – SP.**

**JEANE CARLA DA SILVA RODRIGUES**, brasileira, solteira, maior, atendente, portadora da cédula de identidade (RG) n.º 54.475.710-5-SSP/SP, e da CTPS n.º 044403 – série 00413-SP, cadastrada no PIS sob n.º 267.52152.33-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 481.933.118-33, nascida no dia 29/01/1998, filha de Maria de Fátima da Silva, residente e domiciliada à Rua Benevenuto de Magalhães Taques, n.º 52-B, Ermelino Matarazzo – São Paulo/SP, Cep.: 03814-120, por seu advogado e procurador infra-assinado (mandato incluso, **DOC. 01**), endereço eletrônico: [ayres.juridico@gmail.com](mailto:ayres.juridico@gmail.com), vem, respeitosamente perante V. Exa., propor...

## **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** **COM PEDIDO DE RESCISÃO INDIRETA**

... pelo **RITO ORDINÁRIO**, em face de **BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES SA.** (nome fantasia: **BURGER KING**), empresa privada, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.574.594/0201-11, estabelecida à Rua Gonçalves Crespo, n.º 78, Tatuapé – São Paulo/SP, Cep.: 03066-030, pelas razões e fundamentos a seguir aduzidos:

## **I – CONTRATO DE TRABALHO**

2

A Reclamante foi admitida no dia **26/06/2017**, na função de atendente, percebendo por último salário a quantia de R\$ 988,30 (novecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos) mensais (**DOC. 02**).

## **II – JORNADA DE TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA**

A Reclamante foi contratada para cumprir jornada das 10:00 às 16:30 horas, com 30 (trinta) minutos de intervalo para refeição, perfazendo um total de 36 horas semanais (**DOCS. 03/04**).

Todavia, durante o período contratual, a Reclamante cumpriu as seguintes jornadas:

- da admissão a 09/2017 (**3 primeiros meses – loja metrô Tatuapé Boulevard**), das 10:00 às 20:00/22:30 horas, de segunda-feira a sábado, com 1 (uma) folga semanal, e pelo menos 3 (três) domingos por mês, das 13:00 às 23:00 horas, sempre com 10/15 minutos de intervalo para refeição;

- a partir de 10/2017 em diante (**loja metrô Tatuapé “I”**), das 08:00 às 18:00/19:00 horas, de segunda-feira a sábado, com 1 (uma) folga semanal, e pelo menos 3 (três) domingos por mês e feriados, das 13:00 às 23:00 horas, sempre com 10/15 minutos de intervalo para refeição.

É certo ainda, que a Reclamante laborou nos feriados, nos horários acima declinados, a saber:

- 9 de julho – Constituinte de 1932
- 7 de setembro - Independência do Brasil
- 12 de outubro – Nossa Senhora Aparecida
- 2 de novembro – Finados
- 15 de novembro – Proclamação da República
- 20 de novembro – Consciência negra
- 25 de dezembro – Natal
- 01 de janeiro – ano novo

**Por oportuno, informa desde já a este E. Juízo, que as jornadas contidas nos cartões de ponto não condiz com a realidade, pois a Reclamante iniciava sua jornada mais cedo e registrava o ponto no horário contratual, bem como ao término de sua jornada contratual batia o ponto e voltava ao trabalho, razão pela qual os mesmos ficam impugnados.**

De acordo com a jornada acima, a Reclamante laborou uma média de 120 horas extras mensais e um total de 840 horas extras, de 2ª feira a sábado, e uma média mensal de 40 horas extras e um total de 280 horas extras, aos domingos e feriados, correspondentes às horas excedentes da 6ª diária e 36ª semanal, além de 1 (uma) hora extra pela supressão do intervalo intrajornada, nos termos do art. 7º, XVI da CF, c/c art. 71, § 4º, da CLT e OJ-SDI-I do TST n.º 3, as quais jamais foram pagas, conforme incluso recibo de pagamento **(DOC. 05)**, devendo a Reclamada ser condenada ao pagamento das horas extras devidas, acrescidas do adicional de 60% e 100% aos domingos e feriados, nos termos das cláusulas 36ª e 33ª, da inclusa CCT, respectivamente **(DOC. 06)**, assim como o divisor 180h/mês.

Por habituais, as horas extras deverão refletir nas férias + 1/3; 13º salário; DSR's e feriados; aviso prévio, e FGTS + 40%, conforme Súmulas nºs 45, 63, 94, 151 e 172 do TST.

Neste ato, a reclamante esclarece que deixa de juntar os 4 demais recibos de pagamentos, posto que os mesmos não foram disponibilizados pelo banco, nem fornecidos pela Reclamada, devendo a mesma acostar aos autos os recibos de pagamentos da reclamante de todo o período contratual, a teor do disposto no art. 396, sob as penas do art. 400, ambos do CPC.

### **III-ADICIONAL NOTURNO, HORA NOTURNA REDUZIDA E REFLEXOS**

Conforme exposto acima, a Reclamante laborou em horário noturno, todavia, jamais recebeu o respectivo adicional, nem tampouco era considerada a hora noturna reduzida.

Assim, nos termos dos arts. 7º, inciso IX, da CF/88 e art. 73, da CLT e da Súmula nº 60 do C. TST, faz jus a Reclamante ao recebimento do adicional noturno correspondente a 25%, nos termos da cláusula 36ª da inclusa CCT, devendo a Reclamada ser compelida ao pagamento de tal verba, a qual deverá integração à remuneração da obreira (art. 457, § 1º, da CLT) e reflexos nos consectários legais, a saber: férias + 1/3; 13º salário; horas extras, DSR, aviso prévio e FGTS + 40%.

### **IV – AUSÊNCIA DE INTERVALO LEGAL – ART. 384 DA CLT**

Com efeito, prescreve o artigo 384 da CLT, *in verbis*:

***"Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho."***

Todavia, a Reclamada jamais concedeu tal intervalo antes do 5 início da jornada extraordinária, fazendo jus a Reclamante ao pagamento da respectiva verba.

Destarte, deve a Reclamada ser compelida ao pagamento de horas extras relativas a 15 (quinze) minutos diárias pela supressão do referido intervalo, com adicional de 60% e 100% aos domingos e feriados, nos termos das cláusulas 36ª e 33ª, da inclusa CCT, respectivamente, com reflexos em aviso prévio, DSR's e feriados, férias acrescidas de 1/3, décimo terceiro salário e FGTS e multa de 40%.

## **V – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Conforme descrito nos inclusos laudos periciais paradigmas, os quais requer desde já sejam admitidos como prova emprestada (**DOCS. 07/12**), as atividades da Reclamante como atendente, consistiam em: **Balcão/Caixa:** Executava atividades relacionadas ao atendimento dos clientes nos caixas, cobrando os devidos valores referentes aos pedidos efetuados pelos clientes, efetuando a montagem dos pedidos e retirando as bebidas, conforme solicitado. **Montagem:** (Fritadeira/Broiler) Efetuava a montagem dos lanches e preparo de frituras e carnes de acordo com os pedidos dos clientes. Efetuava a retirada de mercadorias do interior da Câmara de Refrigeração e de Congelamento existentes na loja vistoriada, que se mantêm com temperatura variando entre **7°C (sete graus centígrados) até 4°C (quatro graus centígrados) e -18°C (dezoito graus centígrados negativos) até -12°C (doze graus centígrados negativos), respectivamente**, conforme critérios internos; Repetia o ciclo de operações e na ocorrência de quaisquer tipos de anormalidades comunicava o Superior hierárquico. **Salão:** Efetuava tarefas de limpeza do salão, realizando a varrição e limpeza dos pisos e mesas, utilizando-se de pano embebido em água, sanitizante, detergente, limpador multiuso, entre outros produtos de limpeza, bem como retirando o lixo das lixeiras. Efetuava também, a limpeza completa dos sanitários internos, efetuando a lavagem dos vasos sanitários, dos cestos de lixo e o recolhimento de papéis higiênicos e também outros tipos de materiais de uso íntimo e pessoais já utilizados.

Conforme restou apurado através da prova técnica, os EPI's não 6  
eram fornecidos e/ou eram fornecidos inadequadamente, em inobservância às normas  
de segurança do trabalho, ficando comprovado o labor da obreira em condições  
insalubres, em grau médio, nos termos da Portaria nº 3.214/78, NR 15, Anexos nº 9 e  
13 (frio e agentes químicos), e em grau máximo, nos termos da Portaria nº 3.214/78,  
NR 15, Anexos nº 14 (agentes biológicos).

Assim, não obstante as conclusões dos laudos periciais  
paradigmas, caso este E. juízo entenda necessário, requer, desde já, a designação de  
perícia técnica para ratificação dos laudos ora apresentados.

Destarte, deve a reclamada ser compelida ao pagamento do  
adicional de insalubridade, em grau máximo, por mais benéfico, cuja verba deverá  
compor a remuneração da obreira para todos os efeitos legais (art. 457, § 1º, da CLT),  
bem como refletir nos consectários legais, a saber: férias + 1/3, 13º salário, horas  
extras; DSR's e feriados; aviso prévio e FGTS + 40%.

## **VI – VALE REFEIÇÃO**

A Reclamada fornecia à Reclamante um lanche do tipo  
“sanduiche” o que não pode ser considerado alimentação, conforme determina a  
cláusula 56ª da inclusa CCT.

Nesse sentido, vêm se posicionando os nossos Tribunais, *in*  
*verbis*:

**ACORDÃO Nº 20050761395**

**PROC.: 01035200206302008**

**RECURSO ORDINÁRIO DA MM. 63ª VT/SÃO PAULO**

**RECORRENTE: 1. MC DONALD'S COMÉRCIO DE  
ALIMENTOS LTDA 2. GLEDSON DANTAS PEREIRA**

“Sustenta o recorrente que o lanche fornecido não cumpre a finalidade da norma coletiva, que é propiciar refeição, devendo ser a reclamada condenada no pedido correspondente. **Com razão, pois é correto que um simples lanche não pode ser considerado refeição, em sentido estrito. Eventuais lanches até são admissíveis, mas tratar a exigência de uma refeição diária como um mero fornecimento de lanche fere o bom senso, até porque este não contém os nutrientes necessários e a constância desse tipo de alimentação é prejudicial ao organismo.** Assim sendo, merece reforma a sentença para deferir o pagamento de um vale refeição diário, nos termos da cláusula 8ª da norma coletiva da categoria.”

**PROC. TRT/SP nº 20020363162**

**PROC.: 36316.2002.902.02.00-5**

**RECURSO ORDINÁRIO DA MM. 76ª VT/SÃO PAULO**

**RECORRENTE: HELIO GASPAR DE SOUZA RECORRIDO:  
MC DONALD'S COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**

“...Não comungo do entendimento esposado pelo MM. Juízo “aquo”. **O fato da reclamada conceder, aos seus empregados, o direito a sanduíche, de forma concreta, não se equivale a uma refeição. O ticket é um benefício imposto na negociação coletiva, cujo objetivo possibilitar ao empregado o direito a uma alimentação balanceada e sadia.** Não se pode negar que os alimentos fornecidos pelo empregador sejam razoáveis, porém supor que um sanduíche possa substituir uma refeição diária, em todos os dias de trabalho no mês, a nosso ver, trata-se de exagero. O ser humano não pode substituir a refeição, todos os dias, por sanduíche, logo, o mesmo não supre a observância da cláusula normativa. Portanto, determina-se o pagamento ao ticket-refeição (dentro do período não prescrito), não se justificando, ainda, qualquer tipo de compensação com o sanduíche concedido pelo empregador...”

— g.n.



**EMENTA. EMPRESA DE FAST FOOD. LANCHE NÃO EQUIVALE A REFEIÇÃO. NORMA COLETIVA DESCUMPRIDA. TICKET REFEIÇÃO DEVIDO.**

*O fornecimento de lanche pela conhecida empresa no ramo de fast food a seus empregados não se confunde com a refeição preconizada na norma coletiva, mormente em vista do elevado teor calórico e questionável valor nutritivo dos produtos por ela comercializados, a par da notória impropriedade do seu consumo diário. Desatendidos os fins da norma coletiva da categoria, por maioria, dá-se provimento parcial ao apelo do autor para deferir-lhe os importes relativos aos ticket refeição, observados os importes previstos nos instrumentos normativos.*

Destarte, deve a Reclamada ser compelida ao pagamento ticket-refeição no valor diário de R\$ 17,90 (dezessete reais e noventa centavos), nos termos da cláusula 56ª, parágrafo único, da inclusa CCT, durante todo o período contratual.

**VII – DANO MORAL**

No mês de outubro de 2017, num domingo, a Reclamante foi injustamente acusada pelo gerente Sr. Alan de ter prejudicado sua equipe, em razão de uma pesquisa negativa de um cliente, imputando a responsabilidade à obreira que sequer dava-lhe atendimento.

Ato contínuo, disse aos demais colegas de trabalho que o resultado negativo da pesquisa se deu por culpa exclusiva da Reclamante, posto que agiu deliberadamente com o propósito de prejudicar a equipe, ficando a Reclamante aos “prantos”, sendo exposta a constrangimento e humilhação perante os demais colegas de trabalho.

Não bastasse, mesmo após ter chorado muito, ainda com os olhos avermelhados e lacrimejando, foi obrigada a continuar fazendo as pesquisas, sendo uma vez mais exposta perante os clientes e demais colegas de trabalho, salientando-se que naquele dia, o gerente Sr. Alan só permitiu que a Reclamante fizesse seu lanche após às 21:00 horas, ficando a mesma durante toda sua jornada com fome.

É certo ainda, em razão da longa jornada praticada, extrapolando excessivamente a jornada contratual de 6 (seis) horas diárias, a Reclamante foi reprovada no ano letivo de 2017, conforme inclusa declaração escolar **(DOC. 13)**, causando-lhe prejuízo de ordem material e moral.

Com efeito, o art. 5º, inciso “X” da CF/88, dispõe que:

***“são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”***

Ainda, o art. 186 do Código Civil, aplicado subsidiariamente no processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT, dispõe:

***“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.***

Finalmente, o art. 927 do mesmo diploma legal, prescreve:

***“Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”***

Destarte, resta patente o dano moral experimentado pela obreira, razão pela qual deve a Reclamada ser compelida ao pagamento da respectiva indenização, no importe de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sem prejuízo do prudente arbitramento por este E. Juízo.

#### **VIII – DO ADIANTAMENTO SALARIAL – 01/2018**

A Reclamada, até a presente data, não pagou o adiantamento salarial vencido no dia 20/01/2018, conforme incluso extrato bancário **(DOC. 14)**, devendo quitá-lo, em 1ª audiência, sob pena de incorrer na multa do art. 467 da CLT.

#### **IX – RESCISÃO INDIRETA**

Com efeito, dispõe o art. 483, letra “d” da CLT, *in verbis*:

***Art. 483 – O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:***

***(...)***

***b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;***

(...)

11

**d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;**

Conforme demonstrado acima, a Reclamante foi tratada com rigor excessivo pelo gerente Sr. Alan, culminando inclusive, com a violação à sua integridade moral.

Não bastasse, a Reclamante não vem cumprindo com diversos direitos trabalhistas da obreira, conforme demonstrado, salientando-se, que até a presente data a Reclamante não recebeu o adiantamento salarial do mês de 01/2018, vencido no dia 20, causando evidente prejuízo à obreira, em flagrante violação à cláusula 12ª da inclusa CCT.

Como se vê, o pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho da obreira, encontra-se amparado no citado dispositivo e entendimentos jurisprudenciais, *in verbis*:

**TIPO:** RECURSO ORDINÁRIO

**DATA DE JULGAMENTO:** 08/06/2010

**RELATOR(A) DESIGNADO(A):** ANTERO ARANTES MARTINS

**REVISOR(A):** ANTERO ARANTES MARTINS

**ACÓRDÃO Nº:** [20100696656](#)

**PROCESSO Nº:** 00657-2008-019-02-00-6

**ANO:** 2009

**TURMA:** 3ª

**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 06/08/2010

**PARTES:**

**RECORRENTE(S):**

João de Oliveira Neto

**RECORRIDO(S):**

Balancear Produções

**EMENTA:**

RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO E DE RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. CONCOMITÂNCIA. É processualmente possível a cumulação dos pedidos de reconhecimento do vínculo de emprego e rescisão indireta do contrato de trabalho. **Provada a mora salarial, caracterizada está a falta grave patronal a ensejar a rescisão indireta pretendida.**

**TIPO:** RECURSO ORDINÁRIO

**DATA DE JULGAMENTO:** 20/01/2010

**RELATOR(A):** ROSA MARIA ZUCCARO

**REVISOR(A):** PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA

**ACÓRDÃO Nº:** [20100022078](#)

**PROCESSO Nº:** 01090-2008-021-02-00-1

**ANO:** 2008

**TURMA:** 2ª

**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 02/02/2010

**PARTES:**

**RECORRENTE(S):**

Varig Logística SA

Emerson Rodrigues Torturella

**EMENTA:**

**Rescisão indireta. Mora salarial. Configuração. A contraprestação salarial no prazo legal constitui obrigação essencial do contrato de trabalho, oriunda da natureza alimentar dos salários, cujo descumprimento dá ensejo à rescisão indireta, capitulada no 483, "d", da CLT.**

Destarte, diante das ponderações retro expendidas, requer a V. Exa., se digne em decretar a Rescisão Indireta do contrato de trabalho da Reclamante, nos termos do art. 483, letras "b" e "d" da CLT, com a conseqüente baixa na CTPS, com data de **22/01/2018 (último dia trabalhado)** com projeção do aviso prévio até 21/02/2018, conforme lhe faculta o § 3º do citado artigo, compelindo a Reclamada ao pagamento das verbas rescisórias devidas, a saber: **saldo salarial (22 dias), aviso prévio (30 dias), 13º salário proporcional com a projeção do aviso prévio (2/12 avos), férias proporcionais (8/12 avos) + 1/3, e FGTS + 40%, inclusive sobre o valor depositado no valor de R\$ 496,49, conforme incluso extrato (DOC. 15).**

### **X – GUIAS DO TRCT – CÓD. 01**

Por ocasião da decretação da Rescisão Indireta do Contrato de Trabalho, deverá a Reclamada fornecer as guias para recebimento do, sob pena de expedição de ALVARÁ, o que desde já se requer.

## **XI – MULTA NORMATIVA**

13

Face à inobservância da cláusula 12ª (Adiantamento salarial); da cláusula 36ª (Horas Extras); da cláusula 37ª (Adicional Noturno); da cláusula 38ª (Integração das Horas Extras e do Adicional Noturno), e da cláusula 56ª (Fornecimento de Refeição), incorreu a Reclamada na multa normativa prevista na cláusula 99ª da CCT 2017/2019, no valor de R\$ 60,40 (sessenta reais e quarenta centavos), para cada infração e ano de vigência, em favor do Reclamante, devendo a mesma ser compelida ao respectivo pagamento.

## **XII – CARTE DE REFERÊNCIA**

Nos termos da cláusula 49ª da inclusa CCT, deverá a Reclamada, em 1ª audiência, fornecer carta de referência à Reclamante, sob pena de multa diária, o que requer desde já seja fixada por este E. Juízo.

## **XIII – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS**

Face às flagrantes irregularidades praticadas pela Reclamada, requer a expedição de ofícios à Delegacia Regional do Trabalho – DRT, Ministério Público Federal do Trabalho e à União, para aplicação das sanções cabíveis.

## **XIV – JUSTIÇA GRATUITA**

Sendo a Reclamante pessoa pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições de arcar com o pagamento das custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento, requer lhe seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, conforme inclusa declaração de pobreza, firmada sob as penas da Lei (**DOC. 16**).

**XV – PEDIDOS**

14

**COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA RECLAMANTE**

Salário mensal .....	R\$	988,30
Adicional noturno .....	R\$	17,84
Adicional insalubridade.....	R\$	381,60
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$</b>	<b>1.387,74</b>

Ante todo o exposto, pleiteia-se:

a)	saldo salarial (22 dias).....	R\$	1.017,68
b)	aviso prévio indenizado (30 dias).....	R\$	1.387,74
c)	13º salário/2018 (2/12 avos).....	R\$	231,29
d)	férias proporcionais (8/12 avos) .....	R\$	925,16
e)	1/3 sobre férias.....	R\$	308,39
f)	840 horas extras / intervalo intrajornada c/ adic. de 60%...	R\$	10.361,80
g)	280 horas extras / intervalo intrajornada c/adic. de 100%..	R\$	4.317,41
h)	35 hs.extras c/ adic. 60% (interv. art. 384 CLT).....	R\$	431,74
i)	5,25 hs.extras c/adic. 100% (dom/fer.) (int. art. 384 CLT)..	R\$	80,95
j)	reflexos das horas extras (letras “f”, “g”, “h” e “i”), no 13º salário,		
k)	férias + 1/3, DSR's e feriados e aviso prévio.....	R\$	7.216,18
l)	adicional noturno (58 horas noturnas) .....	R\$	89,43
m)	reflexos ad. noturno no 13º salário, férias+1/3; horas extras e DSR,		
n)	e aviso prévio.....	R\$	42,50
o)	adicional de insalubridade.....	R\$	2.671,20
p)	reflexos adicional de insalubridade em: 13º salário, férias + 1/3,		
q)	horas extras e aviso prévio .....	R\$	733,20
r)	FGTS + 40% s/ itens “a” a “q”.....	R\$	3.339,24
s)	multa de 40% s/ FGTS depositado (R\$ 496,49).....	R\$	198,60
t)	indenização – vale refeição.....	R\$	3.007,20
u)	multa normativa.....	R\$	302,00
v)	indenização por danos morais.....	R\$	15.000,00
	<b>TOTAL DEVIDO.....</b>	<b>R\$</b>	<b>49.025,00</b>

w) – fornecimento das guias para recebimento do FGTS, em 1ª audiência, sob pena de expedição do respectivo ALVARÁ, o que desde já se requer.

## **XVI – REQUERIMENTOS FINAIS**

Requer, outrossim:

a) decretação da Rescisão Indireta do contrato de trabalho da Reclamante, nos termos do art. 483, letras “b” e “d” da CLT, acima invocado, com a conseqüente baixa na CTPS, com data de **22/01/2017 (último dia trabalhado)** com projeção do aviso prévio até 21/02/2018, conforme lhe faculta o § 3º do citado artigo, sob pena de fazê-la a Secretaria da Vara;

b) juntada aos autos de todos os controles de frequências da Reclamante, recibos de pagamentos, comprovante dos depósitos fundiários, termo de rescisão do contrato de trabalho, e demais documentos que pretenda fundamentar sua defesa, bem como Contrato Social devidamente registrado, nos termos do art. 396, sob as penas do art. 400, ambos do CPC;

c) compensação de valores eventualmente pagos pelas Reclamada, devidamente comprovados;

d) o fornecimento da carta de referência em favor da obreira, em 1ª audiência, nos termos da cláusula 49ª da inclusa CCT, sob pena de multa diária, o que requer desde já seja fixada por este E. Juízo;

e) expedição de ofícios à Delegacia Regional do Trabalho - DRT, Ministério Público Federal do Trabalho e à União, para aplicação das penas cabíveis;

f) os benefícios da Justiça Gratuita, conforme declaração de pobreza em anexo, firmada sob as penas da Lei.



Isto posto, requer digne-se V. Exa. em determinar a notificação 16  
das Reclamadas, para, querendo, comparecerem à audiência a ser designada, a fim de  
satisfazer os direitos ora postulados ou contestá-los na forma da Lei, sob pena dos  
efeitos da revelia, acompanhando o presente feito até final decisão que, certamente,  
deverá reconhecer a **TOTAL PROCEDÊNCIA**, condenando-as na forma do  
pedido, acrescido de juros, correção monetária, custas, despesas processuais,  
honorários advocatícios correspondentes a 15% sobre o valor apurado em liquidação  
de sentença e demais cominações legais.

Provará o alegado por todos os meios em direito admitidos,  
notadamente pelo depoimento pessoal do representante legal da Reclamada (Súmula  
n.º 74 do TST), oitiva de testemunhas, juntada de documentos, perícia, vistoria e  
outras mais que se fizerem necessárias, sem exceção.

Dá-se à causa o valor de R\$ 49.025,00 (quarenta e nove mil e  
vinte e cinco reais), para fins de alçada.

Termos em que,  
pede deferimento.

São Paulo, 23 de janeiro de 2018.

*Dário Ayres Mota*  
**OAB/SP 172.755**